

## O falante, o linguista e uma antropologia na linguagem: uma homenagem ao Professor Valdir do Nascimento Flores

O que fala em nós?

What speaks in us?

**Márcia Romero<sup>1</sup>**

Universidade Federal de São Paulo

**Resumo:** Inspirada em importantes colocações feitas por Flores em duas de suas obras, a saber, *Introdução à teoria enunciativa de Benveniste* (2013) e *Problemas gerais de linguística* (2019), proponho-me a refletir sobre a constituição de EGO, centro de referência interno ou centro da enunciação, como fundamento para a autorreferencialidade inerente à língua. Escrito em estilo de prosa, o texto, ao abordar questões que põem em foco a natureza da unidade linguística como fator determinante para uma antropologia da enunciação, defende um novo paradigma para a ciência linguística.

**Palavras-chave:** Antropologia da enunciação; Autorreferencialidade; Natureza da unidade linguística

**Abstract:** Inspired by important insights presented by Flores in two of his works, namely, *Introduction to Benveniste's enunciative theory* (*Introdução à teoria enunciativa de Benveniste* - 2013) and *General problems of linguistics* (*Problemas gerais de linguística* - 2019), I propose to reflect on the constitution of EGO, the center of internal reference or center of enunciation, as the foundation for the inherent self-reference of language. Written in a prose style, the text, by addressing questions that focus on the nature of linguistic unity as a determining factor for an anthropology of enunciation, advocates for a new paradigm in linguistic science.

**Keywords:** Anthropology of enunciation; Self-reference; Nature of linguistic unity

Foi pensando na citação de Claudine Normand por você escolhida para concluir o capítulo “Fundamentos saussurianos do pensamento benvenistiano” (Flores, 2013)<sup>2</sup> que me veio o título indagativo com o qual dou início a essa prosa. Aliás, demorei não só para achar um título que expressasse as muitas reflexões que me suscitou a leitura de uma de suas últimas obras (Flores, 2019), como um modo de lhe prestar uma afetuosa homenagem. Se esta homenagem não deixa de se dirigir a um dos pesquisadores mais curiosos que conheço – e digo isto por acreditar, como

<sup>1</sup> Em razão do estilo adotado neste texto, optei por indicar referências e citar passagens em seus detalhes em nota de rodapé.

<sup>2</sup> Flores (2013, p. 83). O autor conclui o seu capítulo dedicado ao encontro de Benveniste com Saussure com a seguinte citação de Normand: “Mais do que referências, trata-se de presenças: todos os dois [Saussure e Benveniste] se impuseram e continuam se impondo ainda hoje a quem se interessa pela linguagem; cada um fez pressentir, mais do que revelar, que alguma coisa essencial estava em jogo naquilo que ainda não se acordou nomear: língua, discurso, comunicação. Eles nos despertaram do sonho dogmático, levantando questões que, apesar de suas tentativas e de todos aqueles que se seguiram, ainda não estão fechadas. Freud teria dito feridas narcísicas, pois continuamos a não saber o que fala em nós, e eles são uma das fontes dessa incerteza” (Normand, 2004, p. 126-127, apud Flores, 2013, p. 83).

Paulo Freire, que a curiosidade é qualidade das mais importantes para o futuro da humanidade<sup>3</sup> –, ela se dirige, sobretudo, ao amigo querido que você é para mim. Por isso mesmo, por ser uma homenagem feita a um amigo que, ademais, como pesquisador refinado e atento que é, sabe como ninguém fazer perguntas precisas nas horas certas, é que ela se dá como uma conversa, como tantas das boas que já tivemos e que me vêm, neste exato momento, à memória, pelo assunto que, vira e mexe, as guiava: e o falante nisso tudo?

Na apresentação do “Problemas gerais de linguística” (Flores, 2019), livro “sobre o falante e a língua, sobre, mais precisamente, o fato, aparentemente banal, de o homem falar” (Flores, 2019, p. 15), muito me agrada quando você o define como um livro de opinião, definição à qual eu acrescentaria forte, um livro de opiniões fortes: sim, “sendo a linguagem por excelência a faculdade simbólica constitutiva do *Homo loquens*, seu estudo deve contribuir para dizer algo sobre a natureza simbólica do homem” (Flores, 2019, p. 16-17); sim, “uma linguística que vise à propriedade *loquens* deve, necessariamente, colocar o falante no centro da discussão” (Flores, 2019, p. 17). Você tem toda razão sobre o que deve ser feito e, mais ainda, sobre a existência de “problemas”, de assuntos controversos a serem retomados e problematizados “com os quais todas as perspectivas teóricas do heterogêneo campo linguístico têm de se importar” (Flores, 2019, p. 20).

No que me toca, e pelo tanto que você me conhece, a mim e o que move a minha curiosidade, pergunto-me qual gramática fundamentaria uma *antropologia da enunciação*. Se, como você diz, “a propriedade *loquens* do homem inclui a ideia de *energeia* na medida em que uma *atividade se fazendo* supõe o homem que é constitutivo dela” (Flores, 2019, p. 25)<sup>4</sup>, creio que a linguagem como atividade se fazendo só pode emergir na língua ou se realizar nas línguas<sup>5</sup> a partir do momento em que se tem uma concepção única e diferenciada do que vem a ser a língua e, por extensão, a unidade linguística.

Há, portanto – e quem o diz é Carlos Franchi com muita exatidão, após conferir um grande destaque a Humboldt em suas reflexões<sup>6</sup> –, uma necessidade de se aproximar da “forma interna” própria a esta atividade para reencontrar “a linguagem na universalidade de seu processo” (Franchi, 2002, p. 72). E esta forma da linguagem como atividade criadora distingue-se claramente, para Humboldt – e para Franchi, que o menciona – da forma superficial, da morfologia. Está lá, em Humboldt, que “a noção de forma da linguagem não se reduz às regras da sintaxe e mesmo transcende às regras de formação das palavras, [que a] forma da língua não se pode reduzir ao que se chama de forma gramatical” (Humboldt, 1937, p. 186, *apud* Franchi, 2002, p. 63)<sup>7</sup>.

<sup>3</sup> Bélanger (2016, p. 253): “Alguns meses antes de sua morte, em 1997, eu perguntei a Paulo Freire, o autor de *Pedagogia do oprimido*, o que lhe parecia ser mais importante para o futuro da humanidade. E ele me respondeu: a curiosidade (*inquisitiveness*), o direito de todos de alimentar sua curiosidade e de ir atrás dela, ao longo de suas vidas; o direito de cada indivíduo de viver aprendizagens que (...) produzam, do interior, a energia para buscar a aprendizagem contínua dos conhecimentos. (...).” Nas passagens por mim mencionadas em nota de rodapé ou no corpo do texto, vale observar que os grifos são do autor. Se houver grifos de minha autoria, eles serão indicados após a referência.

<sup>4</sup> Cito também o parágrafo anterior, que antecede esta citação, por sua importância: “Para mim, existe um elemento que se verifica como essencial e incontornável na vida humana, que está atrelado ao homem como *animal symbolicum*: a propriedade de ser falante, a natureza de *Homo loquens*. Cassirer (2012, p. 181) confirma isso ao afirmar que, graças à natureza simbólica, “sempre que encontramos o homem, vemo-lo em posse da faculdade da fala”, em que “fala” significa, numa clara remissão a Wilhelm von Humboldt (1767-1835), *energeia*, uma atividade se fazendo, e não *ergon*, um produto acabado” (Flores, 2019, p. 25).

<sup>5</sup> Refiro-me, aqui, à seguinte passagem: “Na linguagem, na minha concepção, coabitam a pressuposição da existência do *Homo loquens* e a suposição de sua emergência na diversidade das línguas” (Flores, 2019, p. 42).

<sup>6</sup> Franchi (2002, p. 62): “Em si mesma, a linguagem não é um produto (*ergon*) mas uma atividade (*energeia*). (...).” ([Humboldt, 1937] ib: 185). Tal esforço e trabalho, constante e uniforme, constitui a “forma da linguagem” ([Humboldt, 1937] ib: 185). E é a esse trabalho, à forma dessa atividade que se deve voltar quem deseja compreender a linguagem. Como porém dar conta dessa forma interior?”.

Ora, se “a linguagem que se realiza nas línguas somente tem existência no falante” (Flores, 2019, p. 42), se ela passa por um ato de dizer – e o modo como você recoloca a concepção de *ato*<sup>8</sup> e, consequentemente, de *locutor* no que diz respeito ao próprio conceito de enunciação é, na minha opinião, de uma sofisticação ímpar –, o ato enquanto tal só existe porque toda a língua, porque cada unidade da língua permite a este ato acontecer.

Talvez, o ato de dizer como o que “possibilita ver *que a língua tem lugar*” (Flores, 2019, p. 186), de um lado, e a categoria da *presença*, que confere ao *Homo loquens* “a possibilidade de circunscrever certa indicialidade de toda a língua, [indicialidade esta] constitutiva de uma espécie de contorno de sentido que o falante dá ao que diz e que lhe dizem” (Flores, 2019, p. 107), de outro, sejam tomadas de posição que dão sustentação à reflexão que pretendo desenvolver.

Peço, aqui, aliás, que me ajude a concatenar ideias que julgo ser de grande valor e que nós mesmos, em diferentes momentos de nossas trajetórias, discutimos, já que defender as bases de uma linguística como reflexão antropológica não é sem consequências. A meu ver – e fiz questão de enfatizar o que vou lhe dizer agora numa mesaredonda da qual participei recentemente<sup>9</sup> –, está em jogo um novo paradigma em relação à ciência linguística: a condição de homem como ser falante é interna à língua, logo, ao signo, e simultaneamente externa a ela.

Do capítulo “Do *infans* ao *Homo loquens* – Sobre o nascimento de um falante no universo de uma língua” (Flores, 2019), comprehendo que, do fato de ser a enunciação “o puro ato de dizer” (Flores, 2019, p. 193) e deste ato possibilitar “ver *que a língua tem lugar*” (Flores, 2019, p. 186), decorre, para você, que “a fala da criança é autorreferencial porque indica que – e indica *como* – a língua tem lugar nela” (Flores, 2019, p. 186). E, para bem me fazer entender, faço questão de transcrever não apenas o que segue essa afirmação, mas algumas outras colocações que você faz nesse capítulo: “Em outras palavras, a experiência de passar de não falante a falante é indicada na fala da criança pelo próprio fato de ela enunciar em uma dada língua. Nesse sentido, a fala da criança nem mostra, nem oculta, apenas indica” (Flores, 2019, p. 186). E você continua: “A fala da criança indica os termos pelos quais a língua tem lugar nela. É nesse sentido que considero que a fala da criança é autorreferencial, na medida em que essa fala encontra sentido na referência que faz à sua própria instância de discurso” (Flores, 2019, p. 186). Essa colocação é de peso. E você vai ainda além: “a fala de uma criança é autorreferencial em um sentido que chamaria de ‘existencial’, isto é, que indica como a língua tem existência nela” (Flores, 2019, p. 187).

Partindo do que você expõe acima, não tenho como não voltar a um raciocínio que há muito me persegue e que tento, agora, reconstituir de outro modo graças ao que me inspiraram seus estudos: o ato de dizer mobiliza um locutor, um EU, que deixo, por enquanto, em maiúsculas e que, sabemos bem, não tem a ver com o indivíduo biopsicofisiológico. Pergunto-me se este locutor

<sup>7</sup> Trato de alguns aspectos deste trabalho de Franchi, um trabalho de vanguarda, em Romero (2011). Mais recentemente, no âmbito do projeto coordenado por Pietri (2022) e que se intitula “Concepções teórico-metodológicas e proposições pedagógico-curriculares para a alfabetização: concorrências epistemológicas e relações interdiscursivas”, retomo e aprofundo parte das reflexões que faço no referido artigo.

<sup>8</sup> Ver Flores (2019, p. 67): “Começo, então, reconhecendo que Benveniste é muito feliz na definição que faz de enunciação, porque, com ela, inaugura uma cisão em tudo diferente do que já se conhecia em matéria de ciência da linguagem: a enunciação é o *ato de dizer* e não o produto do ato. Somente isso já seria suficiente para surpreender: não se trata do que é dito, de um suposto conteúdo transmitido, mas do simples fato de que se *diz* algo, que esse algo acontece, tem lugar, aparece”.

<sup>9</sup> Mesa “Os caminhos da semântica na América Latina e no Brasil: estudo da significação na atualidade”, VI Colóquio Internacional de Estudos Linguísticos, UNEMAT, dezembro de 2022.

ou este EU responsável por fazer com que a língua deixe de ser apenas “possibilidade de língua” (Benveniste, 1989, p. 83) não poderia ser formalizado como uma instância abstrata. Em outras palavras, ele seria efetivamente um “centro de referência interno” (Benveniste, 1989, p. 84), um “EGO, centro da enunciação” (Benveniste, 1989, p. 85), associado à categoria do presente. Em estudos anteriores, você diz, por sinal, que o locutor é uma instância linguística que tem uma função “teórica” (Flores, 2013, p. 117) – e as aspas são suas.

Se há, sim, “formas denominadas tradicionalmente ‘pronomes pessoais’, ‘demonstrativos’ (...) por oposição aos termos nominais” (Benveniste, 1989, p. 85), não são, contudo, destas formas que falo quando me refiro a um centro de referência interno. Falo do EGO, centro da enunciação<sup>10</sup> que se elabora a cada ato de dizer e que, assim sendo, assumiria o papel de norteador (orientador) da instância discursiva, podendo ou não se realizar por meio do *eu*. Consequentemente, o locutor (EGO), ao possibilitar à língua se converter em discurso, o faria segundo “modos de enunciação” distintos ao se enunciar como *eu* (pessoa) ou como *não eu* (não-pessoa), para guardar os termos de Benveniste<sup>11</sup>.

Assim, o que busco é dar uma formalização a esta autorreferencialidade por você mencionada, que, “como categoria de linguagem que é – pode ser considerada como uma propriedade de toda e qualquer manifestação linguística do homem” (Flores, 2019, p. 186). A criança mobilizaria, portanto, um aparelho enunciativo que tem EGO por centro de referência interno, de modo que as correlações de pessoalidade seriam configuradas pelas diferentes relações estabelecidas nos enunciados frente a este EGO<sup>12</sup>. O locutor institui o ato de dizer e faz uso, para tanto, da categoria de pessoa, podendo, no entanto, constituir – ou não – *eu-tu* como centro organizador do enunciado.

Nessa perspectiva, poderia se supor uma outra possibilidade de leitura no que se refere à enunciação de discurso e à enunciação histórica: a que integra o fato de que “não existe enunciação sem locutor” (Flores, 2013, p. 33), como você bem diz, à manifestação de “dois planos de enunciação diferentes” (Benveniste, 1995, p. 262), que, ao que me parece, seriam tratados por Benveniste como “planos” ou “modos” de *enunciação* para evidenciar que, na enunciação histórica, não está em jogo *eu-tu* como centro organizador do enunciado. Não estou contestando a leitura proposta por

<sup>10</sup> Na Teoria das Operações Enunciativas, quadro teórico-metodológico no qual me inscrevo, há um centro da enunciação constituído, ao menos, por dois parâmetros norteadores:  $S_o$  e  $T_o$ , como se pode ler na seguinte passagem “(...) énoncer, c'est construire un espace, orienter, déterminer, établir un réseau de valeurs référentielles. Tout énoncé est repéré par rapport à une situation d'énonciation, qui est définie par rapport à un sujet énonciateur  $S_o$ , à un temps d'énonciation  $T_o$ , pour ne considérer que ces deux repères” (Culioli, 1999a, p. 49). O autor simboliza por meio de letras maiúsculas em estilo cursivo (“lettres bouclées”) o que é do domínio da enunciação.

<sup>11</sup> Refiro-me a Benveniste (1989, p. 101), citado por Flores (2013, p. 114): “A língua fornece ao falante a estrutura formal de base, que permite o exercício da fala. Ela fornece o instrumento linguístico que assegura o duplo funcionamento subjetivo e referencial do discurso: é a distinção indispensável, sempre presente em não importa qual língua, em não importa qual sociedade ou época, entre o eu e o não eu, operada por índices especiais que são constantes na língua e que só servem a este uso, as formas chamadas em gramática de pronomes, que realizam uma dupla oposição, a oposição do “eu” ao “tu” e a oposição do sistema “eu/tu” a “ele””. Noto que o “não eu”, nesta passagem, tal como a interpreto, não se refere à “pessoa não-eu”. Na expressão “entre o eu e o não eu”, o “eu” remete à correlação de subjetividade e o “não eu”, à não pessoa.

<sup>12</sup> Em Romero (2018) e (2022b), por exemplo, apresento resultados de pesquisa sobre o funcionamento semântico-enunciativo do Pretérito perfeito simples (PPS) em português brasileiro que atestam que este tempo verbal, nos primeiros enunciados produzidos pela criança, não remete ao valor pelo qual é comumente definido nas gramáticas, a saber, o de “fato do passado”. Essa definição não é, portanto, condizente com o seu papel nos usos mencionados. Chamo a atenção para o fato de que o PPS, ao mobilizar  $t^i$  (instante no qual se instancia o processo P flexionado no PPS), remete à elaboração de uma “anterioridade” do processo P em relação a  $t^o$  (instante da enunciação) que põe em jogo uma diversidade de relações entre esses instantes e, consequentemente, o que se desencadeia em termos de anterioridade. Como explico no artigo, nos primeiros enunciados da criança,  $t^i$ , instante no qual se instancia o processo P, assegura a existência de um fato “reconhecido” (constatado), ao mesmo tempo em que opõe a existência do processo P num dado instante a um instante outro no qual nada existe, no qual não se pode falar de um fato “reconhecido” (constatado). Por serem as colocações que faço aqui de natureza técnica, recomendo aos interessados a leitura do artigo, em que analiso inúmeros exemplos, extraídos da gramática do adulto e da gramática da criança, que embasam a descrição do mecanismo enunciativo mobilizado pelo PPS.

você<sup>13</sup>, mas apenas levantando a hipótese de uma outra possibilidade interpretativa.

Antes de retomar a categoria da presença tal como você a propõe, gostaria de me ater à sua importante colocação de que “A natureza do pronomé tem um alcance que ultrapassa a problemáticaposta no título” (Flores, 2013, p. 92), pelo fato de o “linguista opera[r] aqui com uma distinção cujo alcance é muito maior e mais complexo: a oposição subjetivo/objetivo” (Flores, 2013, p. 93).

Dando continuidade ao meu raciocínio, em se tratando do ato de dizer, qualquer forma da língua, inclusive as que não são reconhecidamente “indicadores da deixis” (Benveniste, 1995, p. 288) tomariam EGO por referência. Benveniste fala em “uso cognitivo da língua” no que diz respeito às “entidades que têm na língua seu estatuto pleno e permanente” (Benveniste, 1989, p. 86): “Cada instância de emprego de um nome<sup>14</sup> refere-se a uma noção constante e ‘objetiva’, apta a permanecer virtual ou a atualizarse num objeto singular, e que permanece sempre idêntica na representação que desperta” (Benveniste, 1995, p. 278).

Em nosso encontro por ocasião do *III Colóquio Leituras de Émile Benveniste*, na UFPEL, propus uma discussão inicial sobre a metodologia levada a efeito por Benveniste na busca pela definição de unidades morfolexicais com o objetivo de mostrar o que os seus procedimentos analíticos dão a ver sobre a própria natureza desta definição. Como resultado, entre outros que eu poderia mencionar, observei existir uma *definição constante* em relação à unidade em análise, descrita comumente por *uma certa figura, um esquema sublógico, um esquema subjacente*, em suma, um esquema que sustentaria os diferentes usos e sentidos por ela adquiridos.

Não se trata de retomar uma discussão que você conhece bem, mas de propor, a partir do que mencionei acima, uma leitura possível para o que vem a ser esta “noção constante e ‘objetiva’, apta a permanecer virtual ou a atualizarse num objeto singular, e que permanece sempre idêntica na representação que desperta” (Benveniste, 1995, p. 278) à qual se refere o emprego de um nome referente a uma noção lexical. Na verdade, talvez o que eu queira de fato entender é este uso de “*objetiva*”, com aspas, na sua relação com o “cognitivo da língua”.

A hipótese que faço fundamenta-se no seguinte raciocínio: se “*Eu* só pode definir-se em termos de ‘locução’, não em termos de objetos, como um signo nominal” (Benveniste, 1995, p. 278), é porque a definição em termos de objetos evocaria algo que tem uma existência em si. Ou seja, ao lado do *eu*, que só existe pela locução, uma noção lexical existe fora da locução, embora essa existência esteja relacionada a uma *definição constante* de natureza abstrata, esquemática. Mais precisamente, e espero que eu esteja conseguindo me fazer entender, o que está em jogo, com a noção lexical, é o fato de ela ter, como eu disse, uma existência em si: ela é “plena”, isto é, preenchida pela constância de um mesmo esquema que lhe confere uma identidade própria. Na minha opinião, o emprego de “uso cognitivo da língua” para as noções lexicais pode ser explicado por meio das representações às quais esses esquemas remetem.

<sup>13</sup> Penso na seguinte reflexão de Flores: “A diferença entre *história* e *discurso*, em 1959, é de natureza formal, é a marca do *enunciado* que é o traço diferenciador de uma e de outra. Não seria absurdo considerar, então, que em *enunciação histórica* e *enunciação de discurso* Benveniste esteja falando de tipos de enunciados. Essas primeiras acepções de *enunciação* não se referem a um ato de enunciar, mas, sim, a enunciados observáveis” (Flores, 2013, p. 32).

<sup>14</sup> Notar que Benveniste, mais acima em seu texto, afirma: “Entre *eu* e um nome referente a uma noção lexical, há não apenas as diferenças formais, muito variáveis, impostas pela estrutura morfológica e sintática das línguas particulares. Há outras, que se prendem ao próprio *processus* de enunciação linguística, e que são de uma natureza mais geral e profunda” (Benveniste, 1995, p. 278).

Com isso, volto à tão bonita questão da autorreferencialidade por você mencionada: se a noção lexical é plena, preenchida por um mesmo esquema (cognitivo?), esse esquema não se realiza sem um ato de dizer. Pelo ato de dizer, ele está apto a “atualizar-se num objeto singular” (Benveniste, 1995, p. 278), num enunciado. Ao lado dos signos “desprovidos de referência material” (Benveniste, 1995, p. 280), tal como *eu*, cujas “instâncias de emprego de *eu* não constituem uma classe de referência, uma vez que não há ‘objeto’ definível como *eu* ao qual se possam remeter identicamente essas instâncias” (Benveniste, 1995, p. 278), há os signos virtuais; ao lado dos signos vazios, há os signos plenos.

Duas questões (ou hipóteses) estão, portanto, postas. Há EGO, centro da enunciação que se elabora a cada ato de dizer, orientador da instanciação discursiva que pode ou não se realizar por meio de *eu*; há, por outro lado, signos plenos, que são as noções lexicais, e signos vazios, os definidos em termos de locução. Tanto um quanto o outro são autorreferenciais por remeterem ao centro da enunciação EGO, embora este vínculo certamente se dê de maneiras diferentes<sup>15</sup>.

No cerne dessas questões, toma forma uma reflexão de grande relevância e, diria mais, de grande alcance teórico e metodológico, já mencionada e à qual volto: o ato de dizer enquanto tal só existe porque toda a língua, porque cada unidade da língua permite a este ato acontecer.

Este é o ponto que eu gostaria que discutíssemos daqui para a frente, pois, a meu ver, ele traz um posicionamento diferenciado no que diz respeito, de um lado, à relação *cognição-linguagem-língua*, de outro, à relação *língua-discurso*. Mais acima, falei, inclusive, na instauração de um novo paradigma em relação à ciência linguística e, de fato, acredito nisso, visto a condição de homem como falante passar a ser entendida, simultaneamente, como interna e externa à língua, o que lhe confere o seu caráter inovador.

A epistemologia culioliana (Culioli, 1990, 1999a, 1999b, 2018) pauta as minhas colocações a partir de agora. Nessas colocações, no entanto, vê-se como o raciocínio que desenvolvi até o momento, em si orientado pela leitura atenta dos seus trabalhos (Flores, 2013, 2019), se estrutura e com elas dialoga.

Noto, antes de mais nada, que a relação por mim mencionada entre *cognição-linguagem-língua* e *língua-discurso* é tratada por De Vogüé na abertura de seu artigo “A língua entre cognição e discurso” a partir dos seguintes questionamentos: “A estrutura das línguas é determinada pelas estruturas gerais da cognição ou é, de algum modo, autônoma? A língua pode ser separada do discurso ou está inteiramente integrada nas configurações discursivas que a organizam?” (De Vogüé, 2013, p. 214). Com estes questionamentos, a autora faz referência a duas perspectivas relacionadas ao problema do conhecimento: o internalismo e o externalismo.

<sup>15</sup> Inclusive, talvez exista(m) outro(s) modo(s) de enunciação para além dos mencionados por Benveniste. Penso em um enunciado como “Relógio quebra, decepção corta”, em que se aponta para uma propriedade de N, aqui, “relógio”, “decepção”, respectivamente, a propriedade de *quebrar*, *cortar*, o que pode ser assim explicado: “é próprio do que se conhece por relógio quebrar, ser quebrado, assim como é próprio do que se conhece por decepção cortar, ser cortante”. O tempo verbal Presente simples do Indicativo refere, não a um quebrar ou a um cortar que ocorre no momento de fala, mas a uma propriedade que se vê atribuída a N. Este modo de se interpretar o emprego do Presente simples pode aparecer igualmente em um enunciado como “Ele escreve”, quando lido como “Ele é escritor”.

Não vou me estender num assunto que é do seu conhecimento. Sabemos bem que a primeira perspectiva envolve abordagens da ordem da linguística cognitiva, para as quais o significado é codificado mentalmente, e a segunda, abordagens da ordem da linguística interacionista ou mesmo da análise do discurso, que sustentam que “tudo se constrói em interação e que não há língua fora dessa interação” (De Vogüé, 2013, p. 216). Sobre o externalismo, cito ainda Dechauffour (2016), para quem este “consiste em dizer que as referências, as ideias, não estão nem no espírito, nem nas coisas, e nem na interação do indivíduo com as coisas, mas que são compartilhadas por uma comunidade linguística e cultural. Seu plano de existência é o do saber compartilhado, da circulação do sentido” (Dechauffour, 2016, p. 195).

Numa perspectiva distinta das anteriores, que, de certo modo, invocam um conhecimento fora da linguagem e das línguas, seja por postularem categorias ontológicas mentalmente constituídas, seja por sustentarem que só há usos e não língua, a epistemologia culioliana<sup>16</sup> sustenta a existência de mecanismos enunciativos, i.e. mecanismos cognitivos próprios à atividade de linguagem – logo, de mecanismos internos de criação linguística – que dependem da interação para se estruturar e que só se realizam nos usos. Tem-se, a meu ver, um posicionamento bastante refinado, que permite ultrapassar os limites do internalismo ou externalismo.

Para tratar desta questão, retomo, sucintamente, como se apresenta o processo de construção de significação de uma unidade linguística para a Teoria das Operações Enunciativas e quais as consequências trazidas para o modo de se conceber a sua identidade semântica, sem abordar, contudo, o conjunto de princípios e noções operacionais nos quais esse processo se apoia (Romero, 2019).

O primeiro ponto a ser mencionado é aquele do qual você me ouviu tratar muitas vezes: o “sentido” resulta da integração da unidade linguística ao enunciado<sup>17</sup>, já que esta conhecida definição de sentido em termos de “capacidade integrativa da unidade” está em Benveniste, no artigo “Os níveis de análise linguística”. Nesse artigo, lê-se que “uma unidade será reconhecida como distintiva num determinado nível se puder identificar-se como ‘parte integrante’ da unidade de nível superior, da qual se torna o *integrante*” (Benveniste, 1995, p. 133).

Por mais que Benveniste a explique, penso ser esta questão altamente complexa e de difícil entendimento para quem com ela se depara. Acredito que você tenderia a concordar comigo em relação a esta complexidade. Não se trata simplesmente de saber que uma unidade da língua portuguesa, por exemplo, “quebrar”, se distingue como “signo” porque integra enunciados como “O relógio quebrou” ou “Ele quebrou a rotina, a palavra, para a direita”, etc. É preciso considerar que os elementos necessários para estabilizar a unidade semanticamente, que poderiam ser vistos como “complementos” de “quebrar”, não se encontram no mesmo nível e, sim, num nível superior, o da frase para Benveniste, equivalente ao enunciado em Culoli. E não estou falando de complementos do ponto de vista da regência verbal, já que no enunciado “Ele quebrou para a direita”, “para a direita” é necessário para que se estabilize um dado sentido de “quebrar”, o que o

<sup>16</sup> Epistemologia conhecida por Teoria das Operações Enunciativas ou Teoria das Operações Predicativas e Enunciativas (Culoli, 1990, 1999a, 1999b, 2018; Culoli, Normand, 2005).

<sup>17</sup> Coloca-se por terra, com esta afirmação, qualquer definição da unidade linguística em termos de traços de conteúdo, uma vez que estes são incompatíveis com o postulado de a unidade só adquirir sentido quando posta em uso.

leva a ser interpretado como uma mudança de direção (digamos, de um veículo). Aliás, este é um enunciado que me traz uma grande curiosidade: como seria ele analisado por outras perspectivas teóricas? Afinal, “quebrar” passa a apresentar representações relacionadas ao movimento, o que parecia impensável.

Ao sustentar que o sentido se relaciona à integração da unidade linguística ao enunciado, sendo este último uma unidade de nível superior, Benveniste magistralmente, como diz De Vogué (2013), deixa para trás a análise distribucional, que não evidencia essa relação entre níveis diferentes: não basta especificar contextos de emprego de uma dada unidade linguística; é preciso considerar que o sentido decorre de uma mudança de nível.

Recupero esta reflexão crucial de Benveniste para lembrar que ela sustenta o que vem a ser a identidade semântica da unidade linguística em Culioli, definida em termos de “esquema invariante”, um esquema que exprime o modo coerente e regular como a unidade apreende e delimita o seu contexto verbal<sup>18</sup>.

Ora, mas o que isso mostra sobre a relação *língua-discurso*? Eis o ponto.

Pelo modo como a unidade linguística apreende o seu contexto verbal, vê-se delinear uma figura – uma racionalidade ordenadora e dinâmica – que se encontra no fundamento da unidade e que se “configura” diferentemente nos enunciados. A “noção constante” à qual se refere Benveniste diz respeito em Culioli, no caso de uma unidade lexical, a esta figura dotada de plasticidade, representativa, se assim posso falar, de um “gesto de linguagem”<sup>19</sup>. A língua engloba os seus contextos de uso, ou melhor, uma unidade linguística engloba, na sua identidade semântica, os seus diferentes contextos, não de forma determinista, mas porque esta identidade se apresenta como um “gesto” que narra as condições para que o dizer ocorra.

Ora o “externo” – o enunciado, que prefiro à discurso – se vê assim integrado à língua: a natureza da palavra é, portanto, dialógica, não no sentido bakhtiniano, mas pelo fato de cada enunciado no qual ela se emprega estar virtualmente nela contido. E, vale dizer, o fato de que ele esteja nela contido não significa que o enunciado não conserve a sua autonomia: no enunciado, o “gesto de linguagem”, o esquema invariante que a identifica se configura, a cada vez, de uma maneira.

Eu diria que há um posicionamento de natureza holística no cerne da relação *língua-discurso*, uma vez que a unidade linguística, quando em uso, é sempre apreendida por um esquema invariante

<sup>18</sup> Se eu voltar aos exemplos, isso significa que “quebrar” apreende o termo “o relógio” como um “mecanismo” (um todo composto de partes interdependentes) para dizer que esse mecanismo deixa de funcionar. A delimitação como “mecanismo” é própria a “quebrar”, o que pode ser visto na comparação com outro enunciado, “Sumiu o relógio”, emprego para o qual a característica de “mecanismo” não vem ao caso, não é mobilizada; já, com um termo como “a rotina”, “quebrar” vai apreendê-lo como “prática sistemática”. Há, neste caso, interdependência dos instantes nos quais se verifica uma prática (uma prática ocorrida num dado instante depende de uma prática ocorrida num instante anterior para originar uma “prática sistemática”): “quebrar” exprime que essa “prática sistemática”, esse todo composto de instantes interdependentes nos quais há uma prática, cessa. Por esses dois exemplos, vê-se como “quebrar” mobiliza um parâmetro que, embora variável, é coerente e constante, e que pode ser descrito como “um todo intrinsecamente composto de constituintes interdependentes” (Romero, 2019, p. 207), por mim descrito em termos de SOLIDARIEDADE. “Quebrar” postula essa interdependência entre constituintes para dizer que ela não mais se verifica. Os inúmeros enunciados construídos com “quebrar” vão mobilizar esse parâmetro SOLIDARIEDADE, a saber, essa relação de interdependência entre constituintes. Além deste trabalho, recomendo a leitura de Romero (2022a).

<sup>19</sup> Um mesmo gesto de linguagem pode tomar vários caminhos na língua. Uma analogia possível seria: o gesto para “quebrar”, que o identifica como “um todo intrinsecamente composto de constituintes interdependentes”, poderia ser expresso por meio de nossas mãos esquerda e direita com os dedos entrelaçados. Nessa configuração, os dedos entrelaçados formam um “todo” dotado de unicidade, como se não fosse mais possível diferenciar os dedos de cada mão. Poderia, ainda, ser expresso por meio de um gesto cadenciado da mão direita, palma perpendicular ao chão, como um músico que a movimenta no ar marcando compassos. Nessa configuração, a repetição do movimento das mãos na marcação do compasso forma um “todo” de natureza espaço-temporal.

único; é sempre a mesma figura que toma corpo sob diferentes configurações.

Há, ainda, um outro ponto, que diz respeito ao fato de que essa figura, esse esquema invariante que define a identidade semântica de uma unidade lexical, ser, ele próprio, o que se encontra no cerne da criação linguística. Isso mostra ser a língua, e eu cito novamente De Vogüé, “lugar de elaboração cognitiva ao invés de reflexo de elaborações cognitivas constituídas independentemente” (De Vogüé, 2013, p. 216). O mais interessante é que essas elaborações cognitivas, ao mesmo tempo em que elas “não teriam como se atualizar fora da apropriação da língua por um locutor” (De Vogüé, 1997, p. 151), guardam, em si, uma natureza antropológica, própria à atividade de linguagem, atividade significante da espécie humana, o que evidencia, por sua vez, a relação *cognição-linguagem-língua*.

A síntese entre internalismo e externalismo, para Culíoli e, por que não, para Benveniste, talvez possa ser assim explicada: existem mecanismos cognitivos próprios à atividade de linguagem, mais precisamente, existe um mecanismo interno de criação linguística que depende, no entanto, da interação para se estruturar e, concomitantemente, está para além de cada uso, posto que qualifica a natureza de “ser falante” constitutiva da espécie humana.

No fundo, é como se, em cada uso, os esquemas invariantes característicos das diferentes unidades de uma língua<sup>20</sup> tendessem a se estabilizar, recebessem um fechamento, ainda que provisório, o que lhes confere e confere ao enunciado, apoiando-me em uma expressão por você utilizada, um “contorno de sentido” oriundo do próprio ato de dizer.

Mais uma palavrinha, a derradeira, prometo. O posicionamento holístico que menciono um pouco antes, se pensarmos bem, é o grande diferencial de uma perspectiva enunciativa como a exposta, é o que funda um novo paradigma para a ciência linguística. Está lá, em cada unidade da língua, o impulso criador que assegura a sua própria permanência pelo ato de dizer, ato que só existe, por sua vez, pelo impulso que o anima. Trata-se, se assim posso falar, da dualidade necessária entre o todo constitutivo do impulso criador e o circunscrito espacotemporalmente constitutivo do ato de dizer<sup>21</sup>. Pergunto-me se a propriedade *loquens* não nasceria justamente do encontro entre o nosso ser antropológico (a nossa “essência”?) e o nosso ser social (a nossa “existência”?). Refiro-me, aliás, a esta anterioridade por você mesmo apontada, quando diz que “(...) Esse *homem* que está na linguagem tem uma anterioridade lógica em relação ao próprio ato de falar” (Flores, 2019, p. 59). Seria isso o que fala em nós?

Bom, já está mais do que na hora de terminar essa prosa. E saiba que eu gostaria muito de estar com você neste momento. É preciso registrar isso também. Embora não saiba exatamente o porquê, achei que esta passagem de autoria de Patrick Dahlet, que consta da obra em homenagem a Claudine Normand, caberia como um bonito encerramento e em agradecimento a tudo o que tenho aprendido com você:

<sup>20</sup> Gostaria de observar que os esquemas invariantes não podem ser da mesma natureza. O esquema invariante de uma unidade linguística como o Pretérito Perfeito Simples difere daquele de unidades como “quebrar”, para dar apenas um exemplo. Aliás, isso corrobora a discussão apresentada no decorrer deste trabalho. Ver os artigos mencionados nas notas anteriores, em que trato do tema.

<sup>21</sup> Em complemento ao que é dito, ver Romero e Flores (2017, p. 123): “La forme de l’activité de langage renvoie donc à un jeu de relations sans matérialité qui permet de construire des objets perceptibles quand il y a verbalisation. D’une activité interne, on passe à une activité externe, publique, linéaire, sans que l’extériorisation corresponde à l’activité interne manifestée. Ce qu’on a simultanément à la verbalisation, ce sont les traces de cette activité interne en soi inaccessible (...”).

En ce sens, il n'y aurait rien qui désignerait mieux l'objet et la propriété du langage que son irréductible pouvoir à présupposer l'indicible et l'altérité pour signifier. Car cette altérité n'est pas quelque chose d'ineffable, mais de superlativement dicible : elle est le langage en acte et l'acte du langage, ce qu'il rend du sujet singulièrement et superlativement dicible, dans la brisure de la langue et du discours. (...). (Dahlet, 2017, p. 203).

## Referências

- BÉLANGER, Paul. Entrevista com o Prof. Dr. Paul Bélanger. **Olhares: Revista do Departamento de Educação da Unifesp**, [S. l.], v. 4, n. 1, p. 246253, 2016. DOI: <https://doi.org/10.34024/olhares.2016.v4.530>.
- BENVENISTE, Émile. **Problemas de linguística geral I**. Campinas, SP: Pontes, 1995.
- BENVENISTE, Émile. **Problemas de linguística geral II**. Campinas, SP: Pontes, 1989.
- CULIOLI, Antoine. **Pour une linguistique de l'énonciation. Opérations et représentations**. Paris : Ophrys, 1990.
- CULIOLI, Antoine. **Pour une linguistique de l'énonciation. Formalisation et opérations de repérage**. Paris : Ophrys, 1999a.
- CULIOLI, Antoine. **Pour une linguistique de l'énonciation. Domaine notionnel**. Paris : Ophrys, 1999b.
- CULIOLI, Antoine. **Pour une linguistique de l'énonciation. Tours et détours**. Limoges : Lambert-Lucas, 2018.
- CULIOLI, Antoine; NORMAND, Claudine. **Onze rencontres sur le langage et les langues**. Paris : Ophrys, 2005.
- DAHLET, Patrick. Benveniste, théories d'un enchantement. **Revue LINX**, n. 74, p. 189-204, 2017. DOI: <https://doi.org/10.4000/linx.1771>.
- DECHAUFFOUR, Guillaume. Os desafios filosóficos do encontro Piaget-Chomsky e sua renovação sob o prisma do modelo do *languaging*. **Olhares: Revista do Departamento de Educação da Unifesp**, v. 4, n. 2, p. 179-202, 2016. DOI: <https://doi.org/10.34024/olhares.2016.v4.660>.
- DE VOGÜÉ, Sarah. A língua entre cognição e discurso. **Calidoscópio**, v. 11, n. 2, p. 214221, 2013. Disponível em: <https://revistas.unisinos.br/index.php/calidoscopio/article/view/cld.2013.112.10>. Acesso em: 21 abr. 2023.
- DE VOGÜÉ, Sarah. La croisée des chemins. Remarques sur la topologie des relations langue/discours chez Benveniste. **Revue LINX**, n. 9, p. 145-158, 1997. DOI: <https://doi.org/10.4000/linx.1027>.
- FLORES, Valdir do Nascimento. **Introdução à Teoria Enunciativa de Benveniste**. São Paulo: Parábola, 2013.
- FLORES, Valdir do Nascimento. **Problemas gerais de linguística**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2019.
- FRANCHI, Carlos. Linguagem – atividade constitutiva. **Revista do GEL**. [S. l.], p. 37-74, 2002. Disponível em: <https://revistas.gel.org.br/rg/article/view/280>. Acesso em: 21 abr. 2023.
- ROMERO, Márcia. Epilinguismo: considerações acerca de sua conceitualização em Antoine Culoli e Carlos Franchi. **ReVEL**, v. 9, n. 16, p. 152-163, 2011. Disponível em : [http://revel.inf.br/files/artigos/revel\\_16\\_epilinguismo.pdf](http://revel.inf.br/files/artigos/revel_16_epilinguismo.pdf). Acesso em: 21 abr. 2023.

ROMERO, Márcia. Étude des phénomènes morphosyntaxiques, sémantiques et discursifs liés à l'acquisition du temps verbal pretérito perfeito simples en portugais brésilien. **Cahiers de Praxématique**. n. 70, p. 1-15, 2018. DOI: <https://doi.org/10.4000/praxematique.4754>.

ROMERO, Márcia. A Teoria das Operações Enunciativas. In: ROMERO, Márcia; GOLDNADEL, Marcos; RIBEIRO, Pablo Nunes; FLORES, Valdir do Nascimento. **Manual de Linguística: Semântica, Pragmática e Enunciação**. Petrópolis, RJ: Vozes, p. 175-228, 2019.

ROMERO, Márcia. Atividade de linguagem, invariância e dinâmica criadora. **Humanidades & Inovação**, v. 9, n. 4, p. 383-397, 2022a. Disponível em: <https://revista.unitins.br/index.php/humanidadeseinovacao/article/view/7156>. Acesso em: 21 abr. 2023.

ROMERO, Márcia. Aquisição do presente do Indicativo em português brasileiro sob a ótica da Teoria das Operações Enunciativas: estudo preliminar. **Estudos da língua(gem)**, [S. l.], v. 20, n. 1, p. 91-113, 2022b. DOI: <https://doi.org/10.22481/el.v20i1.12068>.

ROMERO, Márcia; FLORES, Valdir do Nascimento. Le linguiste et l'invention du langage. **Revue LINX**, n. 74, p. 115-127, 2017. DOI: <https://doi.org/10.4000/linx.1741>.